A partir desta reflexão, a presença do Senar neste cenário já se constitui num referencial de ações práticas que, desde 1993, vêm sendo demandadas através de uma administração que em seu conjunto contempla simultaneamente a gestão tripartite e paritária — trabalhador, patrões e governo —, a administração democratizada e a parceria social. Tudo isso voltado especificamente para o homem rural em toda a dimensão social, política e econômica de sua cidadania. Isso porque, ao ver o homem rural como sujeito e objeto do desenvolvimento no instante em que o educa, o organiza comunitariamente e o forma e qualifica profissionalmente, está ao mesmo tempo tornando-o mais cidadão e efetivamente construindo-o como um agente produtivo capaz de produzir mais e melhor. As positivas conseqüências desse processo evidentemente incrementarão o conjunto do setor agrícola e alavancarão a economia como um todo, tornando o país mais rico e competitivo. Estamos em tempo de discussões e projetos de *educação para a competitividade*. A administração democratizada e a parceria social, com a mais ampla capilaridade nos 26 estados da Federação, permeiam *pari passu* cada cidadão, cada comunidade, cada sindicato, cada espaço produtivo da base social, política e econômica da sociedade brasileira. É essa educação, definitivamente, o instrumento que conduz do discurso à prática as propostas para promoção e alcance do desenvolvimento desejado.

Independentemente de ideologias ou posicionamentos políticos, as ações e iniciativas da formação profissional merecem louvor e devem ser analisadas como processo de incorporação de conhecimentos e habilidades que são inalienáveis, concorrendo para o engrandecimento do patrimônio pessoal do trabalhador rural.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Dentro dessas premissas, o compromisso do Senar se reveste de significativa importância para o desenvolvimento da agricultura brasileira, cabendo aos responsáveis pela execução do trabalho rural posicionarem-se de uma forma equilibrada na condução desse processo, com a convicção de que estarão envolvidos em atividades onde o principal referencial de trabalho são as linhas comportamentais e atitudinais do ser humano.

GRUPO TEMÁTICO SERINGUEIRA

O novo papel do Estado

CARLOS ALBERTO DE BRITO SOARES

A cadeia produtiva da borracha natural se divide da seguinte forma:

a) Indústria pesada (pneumáticos)

- Faturamento: aproximadamente US$3 bilhões.
- Empregos diretos: 14 mil.
- Quatro grandes empresas: Goodyear, Pirelli, Michelin e Dridgestone/Firestone, responsáveis por aproximadamente 85% do consumo total de borracha natural.
- Três empresas menores: Rinaldi, Maggion e Levorin.
- Entidade associativa: Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) — a Michelin não faz parte da associação.

b) Indústria leve

Artefatos de borracha:

- Faturamento: US$2,7 bilhões.
- Empregos diretos: 60 mil.
- Diversificada: somente em São Paulo, são aproximadamente 600 empresas, que produzem peças de metal/borracha, correias, coxins, material médico-hospitalar, calçados, colas etc.
- Entidades associativas: Associação Brasileira das Indústrias de Artefatos de Borracha (Abiarb) — 90% das indústrias; Associação Nacional dos Fabricantes de Artefato de Borracha (Anfab) e Sindicato das Indústrias de Borracha do Rio Grande do Sul (Sonborsul).

Recauchutadores:

- Faturamento: US$480 milhões.
- Empregos diretos: 10 mil.
- Entidades: Associação Nacional dos Recauchutadores e Associação das Empresas de Recauchutagem do Estado de São Paulo.

c) Produtores de borracha natural

A produção de borracha natural se divide entre o cultivo racional, espalhado em mais de 12 estados brasileiros e responsável por aproximadamente 90% da produção de borracha natural, e o extrativismo da região amazônica.

- Faturamento: US$130 milhões.
- Empregos diretos no cultivo: 70 mil no campo.

CARLOS ALBERTO DE BRITO SOARES é diretor de heveicultura da Sociedade Rural Brasileira. Coordenador do Grupo Temático Seringueira no FNA.

Fórum Nacional da Agricultura - FNA

• Dados do Conselho Nacional dos Seringueiros: há 25 mil famílias envolvidas na produção extrativa.

• Entidades associativas: Comissão de Borracha Natural da CNA — Diretoria da Sociedade Rural Brasileira; Associação Paulista dos Produtores de Borracha Natural (Apabor); Associação dos Heveicultores do Estado de Mato Grosso (Ahevea); Associação dos Seringalistas da Bahia (Asserba) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) — extrativismo.

Globalização

O setor acredita no mercado globalizado e integrado. Mas é preciso saber se a globalização não deveria estar também interligada na tributação, encargos sociais, impostos etc. Analisando o custo de produção da borracha natural, vemos que aproximadamente 70% se referem à mão-de-obra. Como será possível competir, se temos salários mais de 200% superiores àqueles pagos por nossos mais diretos concorrentes, e encargos sociais mais de 100% superiores?

É preciso dar o tempo necessário à cultura da seringueira e também ao país, para desonerar o setor primário e colocá-lo em condições de igualdade com seus concorrentes.

Orquestração

Restam algumas perguntas sobre os problemas que afligem o setor:

• Por que motivo, quando do acordo do Mercosul, ficamos limitados a exportar 4.500t de pneus a nossos parceiros, ficando a importação ilimitada?

• Por que se demora tanto tempo para julgar um processo de *dumping* de alguns países produtores de pneus de bicicleta? Esse tempo muitas vezes é suficiente para inviabilizar a indústria local.

• Quais as razões de se acatarem liminares de importação de pneus usados, sabendo-se que representam lixo enviado por outros países, e que isso inviabiliza o setor de borracha do país?

• Qual o motivo de não se colocar a borracha natural na lista de exceção do Mercosul? Somos e seremos os únicos produtores.

• Por que a borracha natural consta no PEC (Protocolo de Expansão Comercial Brasil/Uruguai)? É público e notório que o Uruguai não produz sequer um quilo de borracha e, a julgar por seu clima, nunca poderá produzir.

O novo papel do Estado no setor deve implicar ponderação, profissionalismo, agilidade e continuidade.

Não temos dúvidas de que o futuro do FNA será o de aglutinar os maiores agronegócios, mas precisamos de muito mais divulgação e de maior participação de outros órgãos governamentais, como por exemplo: Ministério da Indústria e Comércio, Fazenda e Casa Civil, através da coordenação governamental. O Congresso também é imprescindível, pois poderia garantir a continuidade, obviamente sem criar um superfórum, que de antemão sabemos que não funcionaria. Mas como cada grupo temático tem um interlocutor, no MAA devemos também dialogar com outras autarquias e instituições.

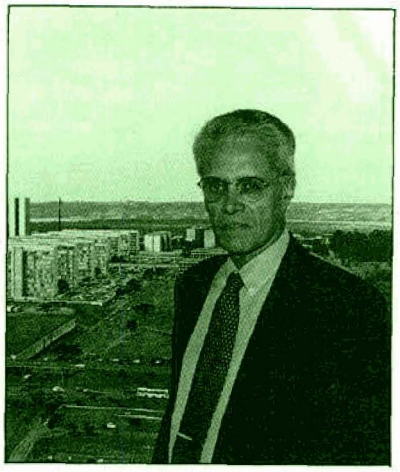
GRUPO TEMÁTICO TRIBUTAÇÃO

Nova política para um novo milênio

FERNANDO REZENDE

O trabalho do FNA tem demonstrado a importância de se fortalecerem as instituições que representam os vários segmentos do agribusiness brasileiro para que os interesses do país possam ser mais bem contemplados no transcorrer do processo de globalização financeira e abertura comercial.

É preciso desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade em cada uma das cadeias produtivas e mobilizar os esforços para que sejam eliminadas as barreiras à entrada de nossos produtos nos mercados internacionais.



A tradicional organização política do setor tem se revelado pouco adequada para enfrentar os desafios deste final de século e início do próximo milênio. É preciso que ela evolua no sentido de sobrepor uma visão de conjunto, com perspectivas de médio e longo prazos, a uma ótica setorial e particularizadora para

FERNANDO REZENDE é presidente do Ipea. Coordenador do Grupo Temático Tributação no FNA.